Lei 1.326/2013.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A *CÂMARA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:*

Disposições Preliminares

Art.1°. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2°, da Constituição Federal, e na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2014, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II - orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;

III - disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

IV - disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

V - equilíbrio entre receitas e despesas;

VI - critérios e formas de limitação de empenho;

VII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

VIII - condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX - autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

X - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI - definição de critérios para início de novos projetos;

XII - definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII - incentivo à participação popular;

XIV - as disposições gerais.

Scanned by CamScanner

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal de Delfim Moreira

Art. 2°. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2°, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2014, a serem especificadas de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2014-2017, são as constantes no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2014 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1°. O Projeto de Lei orçamentária para 2014 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2°. O Projeto de Lei orçamentária para 2014 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3°. As categorias de programação de que se trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF n° 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017.

Art. 4°. O orçamento fiscal discriminará a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei n° 4.320/64.

Art. 5°. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município.

Art. 6°. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - texto da lei;

II - documentos referenciados nos artigos 2° e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo do orçamento fiscal, discriminando as receitas e as despesas na forma definida nesta Lei;

V - demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Scanned by CamScanner

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento da Educação Básica, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, conforme Art. 60 do ADCT, com alterações apresentadas na EC 53/2006 e legislação Federal;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento conforme Emenda Constitucional nº 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2014, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2013, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta lei.

Art. 8º - O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. O Poder Legislativo se for o caso, encaminhará ao Setor de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 (quinze) dias antes do prazo definido no *caput*, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º - O Poder Legislativo encaminhará ao Setor de Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de Agosto de 2013, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10º - Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Scanned by CamScanner

Art. 11 - A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração púbica municipal direta submeterão os processos referentes aos pagamentos de precatórios à apreciação do Procurador do Município de Delfim Moreira.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 12 – A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recurso para o Tesouro Municipal.

§ 1º - Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º - O Município de Delfim Moreira, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliaria, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art.13. Na lei orçamentária para o exercício de 2014, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 14. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Subseção III

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2014, destinada a atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

Scanned by CamScanner

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 17. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1°, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título incluindo realização de concurso público desde que observado o disposto nos artigos 15,16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1°. Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2°. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3° e 4° do art. 169 da Constituição Federal.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 18. Se durante o exercício de 2014 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário ou horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal de Delfim Moreira e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município de Delfim Moreira

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2014, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

Scanned by CamScanner

III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I- atualização da planta genérica de valores do Município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III- revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;

X - a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do art. 14 da lei Complementar nº 101/2000.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal de Delfim Moreira.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta lei.

Scanned by CamScanner

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2014 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2014 a 2016, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - para elevação das receitas:

a) a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;

b) atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c) chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II - para redução das despesas:

a) implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b) revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 26. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9°, e no inciso II do § 1° do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2014, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1°. Excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2°. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3°. Os Poderes, Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4°. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Scanned by CamScanner

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1°. A lei orçamentária de 2014 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2°. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3°. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas.

Art. 29. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I - às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, turismo, esporte e lazer.

II - às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III - às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2013 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria, além da sua regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o Instituto Nacional de Serviço Social.

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I _ de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

Scanned by CamScanner

II _ associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente os atendimentos de interesses locais e observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou altera-la.

§ 1°. Compete ao órgão concedente, o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município de Delfim Moreira.

§ 2°. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente, até a suspensão do ato impeditório.

§ 3°. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola ou qualquer outro programa.

Art. 35. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica. Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal de Delfim Moreira para a Câmara Municipal de Delfim Moreira, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.

Scanned by CamScanner

Seção IX

Da Autorização para o Município de Delfim Moreira Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art 37. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município de Delfim Moreira contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2014, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos Termos dos arts. 13 e 8° da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1°. Para atender ao *caput* deste artigo, os órgãos da administração do Poder Executivo e do Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2014, os seguintes demonstrativos:

I_ as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar n° 101/2000;

II- a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8° da Lei Complementar nº 101/2000;

III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8° da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2°. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2014;

§ 3°. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Scanned by CamScanner

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2° desta Lei, a lei orçamentária de 2014 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2014-2017 e com as normas desta Lei;

II - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2014, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2013.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40. Para fins do disposto no § 3° do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 41. O projeto de lei orçamentária do Município de Delfim Moreira, relativo ao exercício financeiro de 2014, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único - O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - elaboração da proposta orçamentária de 2014, mediante regular processo de consulta;

II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9°, § 4°, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Scanned by CamScanner

Seção XIV
Das Disposições Gerais

Art. 43. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por transposição, remanejamento ou transferência, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através de Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 44. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

§ 1º. A lei orçamentária conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas.

Art. 45. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2°, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 46. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 47. Em atendimento ao disposto no art. 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Metas e prioridades fisicas;

II - Anexo de Metas Fiscais da administração;

III - Anexo de Riscos Fiscais da administração.

Scanned by CamScanner

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Delfim Moreira, 25 de junho de 2013.

JOSÉ FERNANDO COURA
Prefeito Municipal

Publicado
Em 25/06/13

Scanned by CamScanner

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES FÍSICAS

PROGRAMA – LEGISLATIVO **OBJETIVO: Assegurar o funcionamento do legislativo**			
AÇÕES .	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 – Adaptação da sede própria	Edifício	Unidade	01
2 – Reaparelhamento	Equipamentos	%	100
3 – Manutenção do Legislativo	Serviços mantidos	%	100
4 – Aquisição de terreno e construção do prédio do Legislativo Municipal	Edifício	Unidade	01
5 – Aquisição de veículo automotivo	Veículo	Unidade	01

PROGRAMA – ADMINISTRAÇÃO GERAL **OBJETIVO: Assegurar o funcionamento da Administração Geral**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 – Reaparelhamento Gabinete, administração, tesouraria, compras licitação e procuradoria, fazenda e contabilidade	Equipamentos	%	100
2 – Manutenção dos serviços	Serviços mantidos	%	100
3 – Amortização da dívida contratada com o BNDS e BDMG	Dívida Parcelada	meses	12

Scanned by CamScanner

PROGRAMA – EDUCAÇÃO PARA TODOS OBJETIVO: Garantir a população ensino de qualidade			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 – Ampliação da rede física	Escolas	unidade	08
2 –Capacitação e treinamento profes.	Prof. Capacitados	Professores	90
3 – Manutenção do ensino Fundam.	Alunos atendidos	alunos	1500
4 – Programa Merenda Escolar	Merenda	alunos	1500
5 – Programa Transporte Escolar	Transporte	alunos	1500
6 – Programa Ensino Infantil	Alunos atendido	alunos	220
7 – Distrib. Gratuita de mat. Pedag.	Escolas	unidades	08
8 – Apoio transporte ensino superior	Alunos atendidos	alunos	200
9 – Apoio a Faculdade Aberta do Brasil	Alunos atendidos	Alunos	500

PROGRAMA – CULTURA OBJETIVO: Assegurar a realização do programa dos eventos culturais			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 – Manutenção dos eventos culturais	Eventos	unidade	12
2 – Ampliação acervo da Biblioteca e seu reaparelhamento	acervo	Obras %	100

Scanned by CamScanner

PROGRAMA – SAÚDE **OBJETIVO: Assegurar as condições mínimas de saúde à população**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 – Reaparelhamento. das Unidades Saúde	Postos de Saúde	unidade	05
2 –Manut. Programa saúde da família	Famílias atendidas	pessoas	8.000
3 – Atendimento médico ambulatorial	Pessoas atendidas	pessoas	10.000
4 – Epidemiologia e controle doenças	Locais vistoriadas	localidades	6.000
5 – Manutenção da Assist. Médica	Serv.Saúde mantidos	%	100
6 – Apoio ao Transporte de Pacientes	Pessoas	12.000	20.000
7 – Saúde Bucal	Pessoas	unidades	2

PROGRAMA – SANEAMENTO **OBJETIVO: Assegurar as condições mínimas de saneamento à população**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 – Sistema esgoto sanitário	Redes	%	100
2 –Manut. Operacionalização sistema	Serviço mantido	%	100
3 – Reaparelhamento do serviço	Equipamentos	unidades	03
4 – Serviço de água	Distrito Pião	unidades	01

Scanned by CamScanner

PROGRAMA – ASSISTÊNCIA SOCIAL **OBJETIVO: Assegurar as condições mínimas de Assistência à população**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 – Manutenção das atividades de assistência social em geral	Pessoas atendidas	%	100
2 –Manut. Da assist via convênios	Pessoas atendidas	%	100
3 – Integração e suporte ao idoso	Pessoas atendidas	%	100
4 – Integração da infância e juventude	Pessoas atendidas	%	100
5 – Implantação da cozinha comunitária	Pessoas atendidas	Pessoas	200
6 – Manutenção da distribuição de cestas básicas e leite	Pessoas atendidas	Pessoas	600
7 – Manutenção dos Programas Bolsa Família e Projeto Sentinela e Outros do Governo Federal	Famílias atendidas	%	300

PROGRAMA – URBANISMO **OBJETIVO: Garantir a população melhoria nas condições de urbanidade**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 –Pavimentação e urbanização vias e logradouros públicos-sede distritos	Logradouros Públicos	M2	100.000
2 –Urbanização e construção de habitações populares	Familias atendidas	unidades	200
3 – Construção sanitários/sede dist.	Sanitários	Unidades	03
4 – Reaparelhamento do setor	Equipamentos	unidades	03
5 – Manut.e operacionalização do setor	Serviços Urbanos	%	100
6 – Manut.e opercion.sistema TV e Telefonia	Serviço de TV	%	100

Scanned by CamScanner

PROGRAMA – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA **OBJETIVO: Garantir a população melhoria nas condições de vida**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 – Programa luz e energia para todos – sede, distritos e zona rural	Pessoas atendidas	pessoas	600
2 – Reaparelhamento do setor	Equipamentos	%	100
3 – Manut. e operacionalização do setor	Serviços Urbanos	%	100

PROGRAMA – PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS **OBJETIVO: Garantir à população as práticas esportivas e recreativas**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 –Construção e urbanização de espaços esportivos e recreativos	Localidades Públicos	unidade	10
2 –Manut. Operacional do sistema	Parque	unidade	10
3 – Manutenção do Convenio Minas Olímpica	Pessoas atendidas	Pessoas	150
4 – Manutenção do Setor de Esportes na Realização e Participação de Campeonatos	Atletas	Pessoas	100%
5) Manutenção da Praça de Eventos e Parque de Exposição	Parque	Pessoas	100%

PROGRAMA – MEIO AMBIENTE **OBJETIVO: Assegurar as condições de proteção ambiental**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 –Desenvolver e assegurar as práticas de proteção ao meio ambiente	Meio ambiente	% demanda	100

Scanned by CamScanner

PROGRAMA – AGRICULTURA **OBJETIVO: Garantia da assistência à agricultura e pecuária**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 –Desenvolver e ações de apoio à agricultura e pecuária	Atendimento	% demanda	100

PROGRAMA – ESTRADAS VICINAIS **OBJETIVO: Garantir condições de tráfego aos usuários**			
AÇÕES	PRODUTOS	MEDIDA	META
1 –Manutenção do serviços	Estradas	%	100
2 –Reaparelhamento do setor	Equipamentos	unidades	01
3 – Construção de obras de infra-estrutura rodoviária	Obras	unidade	01

Scanned by CamScanner

ANEXO II

METAS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO

ITEM I - Metas Fiscais Anuais

Títulos	*BALANÇOS REALIZADOS*				*PREVISÃO*	
Títulos	**2009**	**20010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Receitas (A)	10010620,11	13164147,52	14416103,55	16452519,04	17834530,64	19332631,21
Receitas Correntes	9942450,96	11793508,00	12109632,98	12953092,93	13989340,36	15164444,95
Despesas	8806653,49	11102721,86	12348786,55	13717800,30	14870095,53	16119183,55
Despesas Correntes	7233141,41	9552651,27	10632878,47	10816764,52	11725372,74	12710304,05
Pessoal e Enc. Sociais	3693958,93	4537620,41	5426255,81	5988734,07	6587607,48	7246368,23
Despesas Capital	935291,33	1550070,59	1715908,08	2190038,50	2374001,73	2573517,88
Montante Dívida Pública			466153,56	442315,35		

Scanned by CamScanner

ITEM II - Memória e Metodologia de Cálculo:

DESCRIÇÃO: Exercício:	Valor da Receita Orçamentária:	METODOLOGIA:
2006	5905262,95	Inf. Exerc. + aumento real
2007	6869410,42	Inf. Exerc. + aumento real
2008	8163476,35	Inf. Exerc. + aumento real
2009	8806653,49	Deflação do Período
2010	10769831,58	Inf. Exerc. + aumento real
2011	11666831,91	Inf. Exerc. + aumento real
2012	13717800,30	Inf. Exerc. + aumento real
2013 (previsão)	14870095,53	**Previsão: 8,4%**
2014 (previsão)	16119183,55	**Previsão: 8,4%**

Obs. Os valores da Receita Orçamentária inscritas em "Previsão" depende também dos repasses de Convênios a serem celebrados com entes Federal e Estadual, usamos como memória de cálculo uma media de 8,00% sobre o orçamento de 2013 para os exercícios de 2014,

ITEM III - Avaliação do Ano Anterior: 2012 (Dois Mil e Doze):

Títulos	Previsão	Realizado	Diferenças
RECEITA			
Receitas Correntes	10292502,10	12953092,93	2660 590,83
Receitas de Capital	265000,00	2419258,55	2154258,55
TOTAL RECEITA	10557502,10	15372351,48	4814849,38
DESPESA			
TOTAL GERAL	13066498,70	13006803.02	59.695,68

Scanned by CamScanner

ITEM IV - Evolução do Patrimônio Líquido:

Títulos	Balanço / 2009	Balanço / 2010	Balanço / 2011	Balanço / 2012
ATIVO				
TOTAL ATIVO	6821554,69	7903468,88	8262653,12	10314574,11
PASSIVO				
TOTAL PASSIVO	4590218,68	7199394,72	73015958,93	9285645,38
TOTAL GERAL	6821554,69	7903468,88	8262653,12	10314574,11

Scanned by CamScanner

ANEXO III

RISCOS FISCAIS DA ADMINISTRAÇÃO

I - PASSIVOS CONTINGENTES:

TITULOS:	PROJEÇÃO DE VALORES R$	PROVIDÊNCIAS A TOMAR :
Operação de credito referente ao BDMG (Caminho da escola e Sonna Urbaniza).	251269,59	Continuar pagando em 12 meses.

José Fernando Coura
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado
Ribeiro
25/06/13

Scanned by CamScanner